ATA Nº 02

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária no Auditório Diamantino Melo, na Junta de Freguesia de Carregosa, a Assembleia de Freguesia de Carregosa. Estiveram presentes nesta sessão, Vera Aguiar, Daniel Tavares, Armando Marcelino, respectivamente, presidente, primeiro secretário e segundo secretário da Mesa da Assembleia, Helena Moreira, Diamantino Melo e Constança Melo, respectivamente presidente, secretário e tesoureira da Junta de Freguesia, Jose Carlos Correia do CDS, Alípio Soares do PS, Marco Azevedo, Ana Almeida, Júlio Rodrigues, António Amorim, do PSD. - Às vinte e uma horas e cinco minutos a Presidente de Mesa da Assembleia, Vera Aguiar, deu início à assembleia, referindo que hoje se inicia um novo ciclo de trabalhos, felicitando todos e desejando que todos trabalhem com um fim único, o melhor para as gentes de Carregosa naturais e residentes, apelando ao grupo de trabalho que cumpram com os seus deveres, contribuam para a eficácia e prestigio dos trabalhos a serem tratados, que impere o respeito e a disciplina. Dirigindo-se ao público presente, enaltece pela presença, em número significativo, pois é um sinal de que os interesses de Carregosa estão na miragem e sentem o desejo e o gosto para contribuírem para o melhor de Carregosa. ----------

De seguida faz uma breve explicação do motivo desta Assembleia Extraordinária, justificando a mesma com a obrigação de remeter ao tribunal de contas, a prestação de contas intercalar da gerência, no período de um de janeiro a vinte de outubro do ano de dois mil e dezassete, como disposto no número dois do Artigo cinquenta e dois da Lei Organizacional e de processo do Tribunal de Contas. ----------

De seguida deu início à Ordem de Trabalhos: ----------

Ponto Um: Aprovação da Ata da sessão de instalação da Assembleia de Freguesia de vinte de outubro do ano dois mil e dezassete. ----------

A Presidente questionou os membros da Assembleia se tinham alguma consideração a apresentar relativamente ao conteúdo da ata, previamente distribuída aos membros da Assembleia, tendo o António Amorim, da bancada do (PSD) manifestado interesse, sendo-lhe de imediato concedida a palavra. ----------

Por este foi dito, ter algumas considerações a fazer relativamente à ata anterior, nomeadamente, que era uma ata com um português muito pobre e uma pontuação miserável, tendo logo na primeira palavra um erro por não respeitar o acordo ortográfico, relativamente à palavra "Ata", nomeando outros erros na construção de frases. ----------

O Primeiro Secretário da mesa, atendendo às observações, referiu que era impossível registar textualmente tudo que as pessoas dizem, entende que na ata devem estar as coisas mais importantes que foram faladas e tudo que diz respeito à assembleia, a menos que alguém diga eu quero que isto conste na ata, são opiniões. A presidente da assembleia interveio no sentido de que se tentará abrir um detalhe maior ao que aqui é falado, relativamente ao português escrito, quando a mesma for passada para o livro, serão feitas as devidas correções. ----------

Posta à votação, este ponto foi aprovado com um voto contra do António Amorim, seis votos a favor e duas abstenções. ----------

Ponto Dois: Apreciação e deliberação do Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um. ----------

Quanto a este ponto, pediram para intervir Ana Almeida do PSD e José Carlos Correia do CDS. -------

Tomando a palavra, Ana Almeida, sugeriu uma alteração ao Regimento no que se reporta às Assembleias Extraordinárias, manifestando que, deveria constar a forma de convocatória e prazo, em conformidade com o referido pela Lei 75/2013. ----------

José Carlos Correia reforçou a mesma sugestão, propondo que o Art.18º do Regimento fosse alterado de forma a prever as assembleias extraordinárias. Para o efeito, entregou à mesa documento com as alterações sugeridas. Também sugeriu a rectificação ao Art.25º – Publicidade das Deliberações – com vista a eliminar o nº 2 e nº 3, apresentando à mesa uma proposta escrita. -- Colocado este ponto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade. ----------

Ponto Três: Apreciação e deliberação de celebração de contrato de arrendamento do espaço utilizado em termos de prestação de serviços dos CTT em vigor. ----------

Quanto a este assunto, foi dada palavra à Presidente Helena Moreira, que explicou a situação atual do contrato dos CTT. Pela mesma foi referido que, a partir de trinta e um de março do ano dois mil e dezasseis, os CTT deixaram de ter qualquer contrato de prestação de serviços com a Freguesia de Carregosa. Esta é apenas proprietária do espaço onde estão instalados os serviços dos CTT, uma vez que a partir dessa data, o posto dos correios passou a ser explorado por uma entidade particular. No decorrer do mandato anterior foi celebrado contrato de cedência da prestação dos serviços dos CTT com a firma Sílabas e Réguas, Lda., que por sua vez cedeu essa exploração a um terceiro que é o Sr. Filipe Miguel Borges Figueiredo, ainda antes das eleições e no âmbito do anterior executivo. Confrontados com esta situação, algumas pessoas tem verificado algumas faltas e alterações nos serviços, falta de revistas, jornais. Perante nesta realidade fática impunha-se a regularização da cedência do espaço ao atual explorador com a oficialização de um contrato de arrendamento, que foi por nós renegociado, propomos a atualização do valor da renda para cem euros por mês, também o mesmo assumir o pagamento da água e da luz que consumir e a manutenção do espaço. No contrato de cedência anterior contemplava uma renda no valor de oitenta euros por mês, e já previa o pagamento da água e da luz, mas a Junta de Freguesia continuava a pagar essa água e a luz. Referiu como exemplo que descontando a água e luz no mês anterior, a Junta de Freguesia tinha uma receita de apenas, dezoito euros e trinta e quatro cêntimos, tendo sido esta a média de rendimento mensal para a Junta de Freguesia. Feita a explicação sobre os pontos que constam no contrato em análise, referindo-se que a pessoa agora a explorar o serviço, terá de assegurar o bom funcionamento dos serviços dos Correios CTT, podendo desenvolver outra actividade no local que não seja incompatível nem afete o regular funcionamento dos CTT. A não prestação do serviço dos correios é motivo de caducidade do contrato de arrendamento em causa. ----------

Pediu a palavra Marco Azevedo da bancada do PSD, que felicitou todos os presentes e a continuidade dos CTT nos privados. Prosseguiu dando uma resenha do historial dos CTT e da passagem dos mesmos a privados, considerando que foi a melhor opção para a Junta de Freguesia, atendendo às dificuldades para contratação de pessoal e meios de liquidez para fazer face às necessidades normais de funcionamento. Reconhece que, a pessoa que está lá agora não tem a mesma capacidade expedita da pessoa que estava anteriormente, mas reconhece que toda a gente tem o direito de explorar ou ceder essa mesma exploração, dos serviços. Terminou ressalvando um pedido, que ao contrato de arrendamento fosse anexado o contrato que existe entre os CTT e a entidade arrendatária, atual proprietário do "Quiosque" e prestador de serviços dos Correios CTT. - Seguiu-se a votação da proposta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. ----------

Ponto Quatro: Discussão e deliberação da Conta de Gerência relativa ao período de um de janeiro a vinte de outubro do ano de dois mil e dezassete. ----------

Foi dada a palavra à Presidente da Junta, que começou por referir que a presença da maior parte do público é com certeza para esclarecimentos deste ponto da ordem de trabalhos. Pelo que solicita que havendo alguma dificuldade na percepção (audição) para o manifestarem. Informou que aos vinte e três do mês de outubro de dois mil e dezassete, o anterior executivo na pessoa do seu tesoureiro e da sua secretaria, Marco Azevedo e Paula Rocha, respetivamente, deram a conhecer ao actual executivo, na pessoa da presidente e tesoureiro, Helena Moreira e Constança Melo, na presença da funcionária administrativa, Luisa Couto, as seguintes contas: Onde se destacava Total Donativos do Executivo; € 22.930,00; Saldo bancário à data de vinte de outubro; € 24,54; Compromisso CMOAZ rotunda € 25.000,00; IEFP € 2.117,78; CMOAZ outubro € 3.866,87; RLIS € 350,00, de um serviço social efetuado por uma Assistente Social que vem à Junta de Freguesia semanalmente, sendo comparticipado; A receber tiragem de Cisternas no montante € 1.145,00; Cheques em trânsito - € 7.126,96; Faturas de outubro do ano de dois mil e dezassete no valor de € 16.186,99; Empréstimo particular € 5.000,00. Saldo Económico: € 4.190,24. ----------

Esclareceu que, o actual executivo, confrontado com os elementos apresentados não conseguiu perceber a situação financeira da Junta. No dia vinte e três de outubro a conta bancária da Junta apresentava um saldo de € 5,41; dia vinte foi uma sexta-feira, tomada de posse, dia vinte e três foi segunda-feira, durante esse dia a conta bancária esteve a negativo pelo valor de € 114,59; não foi apresentado nenhum protocolo escrito com a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que referisse a comparticipação com o referido valor dos €25.000,00 para as obras da rotunda do limite, nem mesmo conhecimento do valor das referidas obras; os referidos vinte e dois cheques em trânsito, eram cheques que se encontravam emitidos à ordem de diversos fornecedores, com pagamentos em atraso de faturas desde janeiro último, que se encontravam na posse do tesoureiro e não destacados do livro de cheques. As faturas de outubro último, incluem as obras da rotunda do limite, sendo da PaviAzeméis, calceteiro Luís Pinho Brandão, fornecimento de materiais, água de dois meses, contribuições e outros; a vinte e três de outubro venceram-se os salários da funcionária Luísa Couto e do Baltazar; não é permitido fazer empréstimos de particulares às Juntas de Freguesia; os donativos realizados à Junta de Freguesia nos dias dezassete e dezoito de outubro último, não acrescentaram qualquer valor ao saldo da Conta da Junta de Freguesia; Não existe em conta a verba de cinco mil euros referente á garantia de venda de uma capela ao Sr. António Queirós, quando o mesmo tem em sua posse documento emitido pelo Executivo anterior a referir que tal verba foi recebida pela Junta de Freguesia; não existe sequer um terreno para uma capela para venda; foi entregue um cartão multibanco da conta da freguesia, cujo uso extravasa as regras em uso nas contas deste tipo; foi referido que os documentos de suporte de todos estes valores estavam na sede da Junta, sem qualquer explicação para as dúvidas apresentadas; foram verificadas despesas bancarias elevadas atendendo ao descoberto da conta, verificado pelo menos desde setembro do ano de dois mil e dezasseis, por cada descoberto é pago € 35,00, mais € 7,50, mais € 30,00, num total € 70,50, por cada situação de descoberto; o valor recebido do Fundo de Fomento de Freguesias (FFF), correspondente ao último trimestre deste ano, no valor de € 11.994,00, foi absorvido no próprio dia que foi pago, ou seja no dia doze de outubro último, pelo descoberto da conta bancária no montante de € 10.224,59; o valor Transferido pelo F.F.F. seria aquele que o atual Executivo poderia contar para fazer face as despesas do último

trimestre deste ano; a existência de uma transferência por meio de multibanco, através da qual, o valor do protocolo mensal celebrado com a Câmara Municipal no valor de € 3.866,67 recebido a dezoito de outubro último, juntamente com a verba que existia em conta, foi transferido nesse mesmo dia sem despesa associada. ----------

Poucos dias depois de tomar posse, o novo executivo foi confrontado por um empreiteiro para pagamento de uma serie de obras que haviam sido solicitadas pelo executivo anterior, que supostamente não se encontram pagas e sem qualquer procedimento, na ordem dos € 41.500,00; o novo executivo é confrontado para pagamento de um cheque pré-datado no valor de € 5.000,00 o qual foi devolvido por falta de provisão, com os custos inerentes na ordem dos cem euros. Esta situação já foi regularizada, através do pagamento pela empresa Génios Abstrato, Lda., tendo sido considerado um donativo a favor desta empresa; ----------

O novo executivo foi confrontado com quatro faturas da empresa; Pedro & Orlando, Lda., no valor total de € 5.452,73, as quais não correspondem a obras cuja adjudicação se encontre regular, e sem qualquer auto de medição. Obras essas ordenadas pelo menos em ata, configuradas a vinte e oito de setembro último; ----------

O pagamento dos salários, agua, luz e outras despesas correntes, vencidas depois de outubro de dois mil e dezassete, só poderão ser pagas a partir de vinte sete de novembro, data a partir da qual foi transferida a verba mensal protocolada com a Câmara Municipal no valor de € 3.866,67. ----------

Perante esta situação e falta de explicação sobre a gestão dos recursos da Freguesia, o actual executivo deparou-se com sérias dificuldades para tentar esclarecer a situação financeira da mesma. Na óptica do actual executivo, a dívida do anterior executivo é de € 34.067,93. Esclarece que o referido Donativo no montante de € 27.930,00 efetivamente não acrescentou valor, sendo uma forma de compensar uma parte da dívida. Caso assim não tivesse ocorrido, a dívida da Freguesia seria de € 61.997,93. De referir que o valor apresentado como donativo incorpora valores de compensações relativas aos anos de 2014, 2015, 2016, sendo que as compensações referentes ao corrente ano são apenas de € 6.429,69. ----------

A Presidente terminou esta apresentação de contas, referindo que "queremos a casa arrumada para depois começarmos a fazer algo de novo, esperando a compreensão e a colaboração de todos". ----------

De seguida, Marco Azevedo na pessoa de tesoureiro do anterior executivo pediu a palavra, começando por referir que nunca havia sido feito apresentação e envio de contas intercalares e que já iriam seguir tardiamente, dirigindo-se à mesa e entregando documento com contas que se anexa. Refere a dificuldade em gerir e fazer-se muito com pouco tempo, dando enfase às despesas com o pessoal no decorrer do mandato. Disse que efetivamente existia um compromisso político com o anterior presidente de Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis no valor de € 25.000,00, atendendo à necessidade de, no decorrer das obras na Rua S. Salvador, terem sido confrontados com a necessidade de efetuar a rotunda no limite da freguesia. Mais referiu que, após o ato eleitoral de um de outubro de dois mil e dezassete, se dirigiu à Câmara Municipal e que entregou as referidas faturas que suportariam as obras da rotunda, afiançando que, pelas anuências por parte do Sr.º Vereador Hélder Simões, este compromisso político será assumido. Referiu que foram honestos, que não avançaram com as obras do cemitério para não comprometerem o futuro executivo e que fizeram uma gestão financeira rigorosa; ----------

Foi referido uma possível divida na ordem dos quarenta e tal mil euros, a um tal empreiteiro. Não é despesa, nunca nos foi pedido, são obras que já reportam à muito tempo, são obras pagas pela Câmara, a Junta deu varias referencias que foram proporcionadas das muitas e diversas formas, a nós e ao presidenta de Junta cessante, nunca ninguém pediu isso, se calhar há aqui uma tentativa de tentar receber algo indevido à atual Junta, mas estamos disponíveis para deixar isso claro, mas posteriormente a isso para recolher as faturas de cerca de €5.400,00, que eram as tais que faltavam, o ex-presidente de Junta, foi ter com a pessoa e ele entregou-lhe as faturas, se ele estivesse com alguma situação pendente falaria, entregou e nem sequer falou dos € 40.000,00, portanto há ali alguma situação ou dualidade de personalidade ou bipolaridade, mas também esse assunto nem sequer foi falado. Portanto não é garantidamente despesas da Junta de Freguesia; ----

Por ultimo os € 5.000,00 do cemitério, foram recebidos, é um sinal da venda de uma capela, é uma necessidade urgente da freguesia alargar o cemitério, tínhamos um projeto de alargamento, o cemitério existe, agora ou depois iram haver capelas, dai não vejo haver mal nenhum, pelo menos morais. ----------

Pediu por fim à Sr.ª Presidente, para fazer obras e não gestão, reconhecendo o valor do trabalho do anterior presidente da Junta, António Aguiar. ----------

A Presidente da Mesa da Assembleia, para que não restassem dúvidas sobre a obrigação da prestação de contas, leu um parecer emitido CCDRN, datado de 22.09.2017, do qual consta que, após as Eleições e se dentro de um ano económico houver a substituição da totalidade dos membros do órgão executivo, as contas serão prestadas em relação a cada gerência, sendo necessário elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas intercalares pelos novos elementos da Junta de Freguesia, submeter a aprovação e votação da Assembleia de Freguesia sendo o prazo para a sua remessa ao Tribunal de contas de 45 dias após a tomada de posse dos novos eleitos. ----------

Seguidamente tomou a palavra Alípio Soares da Bancada do PS e perguntou à Sr.ª Presidente de Junta, Helena Moreira, para esclarecer qual o valor da dívida da Junta? O que eram os cheques em trânsito? Questionou sobre o empréstimo de Particulares e sobre o uso de Cartão Multibanco da Conta Bancária da Junta de Freguesia. ----------

Pela Presidente da Junta Helena Moreira, foi dito que os cheques em trânsito eram cheques emitidos, assinados pelo tesoureiro para pagamento de dívidas a fornecedores e que se encontravam por destacar do livro de cheques; a diferença de cinco mil euros do valor em dívida, provém do pagamento feito à Junta de Freguesia pelo adiantamento/sinal, entregue pelo Senhor António Queirós para aquisição de uma Capela no Cemitério. Este valor deveria contabilisticamente constar da rubrica de vendas de bens futuros e que esse dinheiro não podia ser gasto noutras obras ou então estar salvaguardado. Quanto ao cartão multibanco constatou que o mesmo era utilizado.

Marco Azevedo refere que tinha sido um tempo de "Vacas Magras" e que fizeram o que podiam, mas que tudo foi feito com rigor e consciência. Relativamente aos cheques emitidos refere que os mesmos podiam ser entregues aos fornecedores porque o Banco fazia o pagamento dos mesmos, dado ter um *plafond* de cerca de €10.000,00 tipo saldo descoberto autorizado. ----------

José Carlos da Bancada do CDS, pediu a palavra e dirigindo-se ao anterior Tesoureiro, Marco Azevedo, começa por agradecer-lhe o trabalho que efectivamente fez, passar cheques para o novo executivo. Entende ser lamentável que não tivesse conhecimento sobre a Lei dos Compromissos e que a gestão de uma Junta de Freguesia não é igual à de uma empresa, porque o dinheiro público

tem nome, há que respeitar o compromisso assumido e o destino do dinheiro cativo para a determinada obra. Entende que os procedimentos do anterior executivo não foram os melhores. Que há políticos e políticos e que acreditava que muito melhor e bem se poderia ter trabalhado, mas que agora será necessário dar continuidade aos serviços da Junta e estabelecer um plano de pagamento das dívidas deixadas pelo anterior executivo. ----------

A Presidente da Junta voltou a intervir dizendo, que, em tempo de "Vacas Magras" como foi dito, as receitas da Junta desde finais de dois mil e treze até dois mil e dezassete, foram cerca de Quinhentos mil Euros. ----------

Marco Azevedo, respondeu enumerando as obras que foram executadas e que constam do documento anexado anteriormente. ----------

Passou-se à votação das Contas apresentadas, as quais foram aprovadas com quatro votos a favor da bancada do PSD e cinco abstenções. ----------

Seguidamente, José Carlos da bancada do CDS voltou à palavra, para apresentar uma Declaração de Voto da abstenção da bancada do CDS e do PS, passando a ler a mesma e entregando-a à mesa, para que conste desta ata como anexo. ----------

Terminada a ordem de trabalhos a Presidente da Mesa da Assembleia, invocando o Artigo 22º, do Regimento, nomeadamente quanto à importância dos assuntos desta Assembleia Extraordinária, entendeu abrir um período para intervenções do Público presente, fazendo uma breve explicação quanto às regras para as intervenções, com prévia inscrição, Inscreveram-se os seguintes: António Azevedo, Manuel Moreira, Luisa Couto, Rui Aguiar, Fernando Mendonça, e Fátima Azevedo. ---------

Pela ordem de inscrição começou; António Azevedo, após lhe ser dada a palavra pela Presidente da Mesa; cumprimentando todos os presentes, recomendando para que em futuras Assembleias existisse sistema de som, porque na plateia nem sempre eram ouvidos os intervenientes. Em relação ao Contrato de arrendamento dos Correios, questiona se a renda passava para o dobro? ----

A Presidente da Junta responde que não. Explicando que a renda passava de oitenta euros, para cem euros por mês, acrescida das despesas de água e eletricidade, situação que já estava prevista no contrato anterior, e que o atual prestador de serviços deveria passar os atuais contratos para o seu nome. ----------

Passada a palavra a Manuel Moreira, este referiu que é novo nestas andanças, dirigindo-se a Marco Azevedo, refere que governar uma Junta de Freguesia não é governar uma casa, governar uma Junta é governar dinheiro dos outros, e que para toda a despesa tem que haver um documento. Sobre as obras do anterior executivo, não as viu, convidou o Sr. Marco Azevedo para que mostra-se-lhe as obras feitas. Referiu ainda que, ainda bem que não começaram as obras do Cemitério, senão as dívidas ainda eram mais. Acrescenta que a Rotunda do Limite ainda não estava acabada. Fazendo uma analogia entre Empresas e Juntas de Freguesia, refere que se os dirigentes de uma Empresa falham são punidos e a empresa também, pelo que nas Juntas deveria ser igual. ----------

Dada a palavra a Luísa Couto, esta alertou para que fossem analisadas as faturas da PaviAzeméis, Lda., relativamente às obras da Rotunda do Limite, nas Juntas de Fajões, de Carregosa e na Câmara Municipal, para ver se os metros de asfalto estavam corretos, não fosse a Empresa estar a cobrar a todos por excesso. ----------

Seguidamente interveio Rui Aguiar, começando por cumprimentar todos os presentes e desejando um bom mandato à nova Presidente da Junta e demais eleitos. Refere que as pessoas de Arouca passam a Carregosa e alguns gozam, dizendo que Carregosa parou há quarenta anos, lamenta que

as Assembleias não sejam gravadas, para que nas atas reproduzissem tudo o que ali é dito. Acrescenta que, há uns anos a esta parte, numa Assembleia de Freguesia fez uma longa intervenção apresentou uma carta e lamenta que sobre o assunto discorrido apenas constem duas linhas em ata. Refere ser positivo as pessoas marcarem presença nas Assembleias. Termina dizendo eu não estou cá, vou andar por cá. ----------

Dada a palavra a Fernando Mendonça, este coloca algumas questões: Quem aprovava as contas? Como era possível ter acesso às mesmas, mesmo às de anos anteriores? Que se tinha falado de obras sem Protocolo, se era prática comum desde há quarenta anos, ou era somente do anterior Executivo? Porque é que a Bancada do CDS e do PS não tinham chumbado as contas pedindo que estas fossem auditadas? ----------

Tomando a palavra Fátima Azevedo declarou-se incomodada com as palavras que ali foram ditas, como Freguesa, nem conhecia o termo. Na qualidade de mãe de um membro do anterior Executivo. Queria saber se o Executivo anterior se apropriou dos dinheiros ou se não o gastou em benefício de Freguesia? Que na Campanha para as eleições o Senhor Diamantino disse que quem vinha da A32 não via uma placa a dizer Carregosa, e que existia lá uma, inclusive até tinha tirado uma fotografia e colocado na rede social Facebook para comprovar. ----------

Alcides Queirós, que não havia efetuado inscrição, pediu para fazer uma pequena intervenção, sendo-lhe concedida a palavra pela Presidente da Mesa. No uso da mesma, cumprimentou a todos e salientou que nos últimos dois anos houve Democracia em Carregosa, salientando também a pessoa do Ex-presidente da Assembleia António Amorim, que foi quem abriu as portas à Democracia em Carregosa. Pediu à Presidente da Mesa para não fazer regredir o Progresso e a Democracia em Carregosa, agradecendo pelo fato de a Assembleia ter lugar no Auditório. ----------

Após todas as intervenções do Público passou-se às respostas por parte dos elementos da Assembleia. Marco Azevedo começou por responder a Fernando Mendonça, dizendo que as obras sem Protocolo eram comuns. Aos alertas de Luisa Couto, as faturas eram dez mil euros; as de Fajões eram cinco mil euros e o resto das faturas eram para a Câmara Municipal. Esclarece também que os metros de asfalto estavam corretos. Que o Cartão Multibanco havia sido usado em pagamentos de despesas da Junta de Freguesia, e que havia total confiança na Funcionária, que também o usava, com conhecimento do executivo e que as compras que foram feitas em Supermercados eram géneros para alguns desfavorecidos que apareciam na Junta de Freguesia a pedir. Disponibilizou-se para aferir os trabalhos que faltavam fazer na Rotunda do Limite e esclarecer se havia sido prometido ou não a sua execução pelo anterior Presidente de Junta. ---------

A Presidente da Junta respondeu ao Sr. Fernando Mendonça sobre as contas e Protocolos, dizendo que as contas são aprovadas pela Assembleia de Freguesia e que podiam ser pedidas na secretaria da Junta mediante requerimento. Relativamente à auditoria das contas, informou que sempre poderá o Tribunal de Contas tomar a decisão de as auditar, se o considerar necessário. Esclarece que em anos anteriores, concretamente pelo menos em dois mil e catorze e dois mil e quinze, houve pagamento por parte da Câmara Municipal de valores Protocolados pelo Executivo que antecedeu ao que agora cessou funções. ----------

A Presidente da Assembleia advertiu o senhor Frederico Bastos por este estar a intervir nas respostas que estavam a ser dadas sem lhe ser dada a palavra. ----------

Em resposta a Fátima Azevedo, a Presidente de Junta esclarece que a placa que falta, não era de indicação mas sim de "Cartão-de-Visita da Freguesia de Carregosa". ----------

De seguida passou-se à votação desta ata, sem leitura da mesma, com voto de confiança por parte de todos os membros, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------
Antes de dar por encerrados os trabalhos da Assembleia, a Presidente da Mesa aproveitou para convidar todos os presentes e todos os Carregosenses para no dia oito de dezembro pelas dezoito horas se juntarem ao evento de Natal que a Junta de Freguesia estava a preparar. ----------
Nada mais havendo a tratar foi encerrada esta sessão, cerca das 24 horas, elaborada a presente ata, que vai ser assinada pela presidente, por mim, primeiro secretário que a secretariou e pelo segundo secretario. ----------
A esta ata são anexados os três documentos referidos supra. ----------
Assinam: ----------

Presidente: Vera Lusa Melo Aguiar

Primeiro Secretário: Daniel de Almeida Tavares

Segundo Secretário: